

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E FRATERNIDADE POLÍTICA: A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS E NO FÓRUM DE CIDADANIA – QUAIS VALORES SÃO PREPONDERANTES PARA O DEBATE PÚBLICO?

Marco Aurélio da Silva Freire¹

INTRODUÇÃO

As inquietações que motivaram este trabalho referem-se à questão dos limites da participação da sociedade civil nos conselhos municipais e das possibilidades desta mesma participação num espaço alternativo chamado Fórum Altinense de Cidadania.

Sabemos que a implantação de conselhos deveria servir para permitir que os atores da sociedade civil participassem da discussão e definição das políticas públicas, pois é para a sociedade que as mesmas estão voltadas. Daí o crescente número de movimentos sociais e de organizações não-governamentais lutando pelo direito de reconhecimento de suas demandas.

A importância dos conselhos municipais se dá na medida em que desde a sua formação já deveria ser garantido, *a priori*, o diálogo entre os membros da sociedade civil e do próprio poder executivo. Considerando o princípio da paridade, instituído pela Constituição Federal de 1988 e por Leis Orgânicas específicas, representando, dessa forma, um avanço em relação à democracia participativa.

No entanto, a sociedade civil, muitas vezes, não consegue efetivamente se fazer ouvir nestes espaços. Aqui se encontra nosso questionamento central: A sociedade civil que tem assento nos conselhos e no Fórum Altinense de Cidadania tem participação efetiva nestes espaços?

Como ponto de partida, para a nossa reflexão, tomamos como exemplo alguns conselhos instituídos no município de Altinho - PE², como por exemplo, o Conselho Municipal de Saúde, que passou a ser exigência constitucional em diversos níveis da administração pública (federal, estadual e municipal) a partir da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

¹ Mestrando em Sociologia na Universidade Federal de Alagoas, especialista em Direito Constitucional, professor da Faculdade ASCES e da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Caruaru. – FAFICA.

² Município localizado no Agreste Pernambucano a 163 Km da capital, Recife. Com 21.782 habitantes (IBGE, 2007)

Nossa proposta é observar a participação, dos membros da sociedade civil em três conselhos instituídos (o de Saúde, o de Educação e o de Assistência e Desenvolvimento Social) no município na tentativa de traçar as motivações e os limites para a sua efetiva participação.

Constatamos que embora o princípio da paridade seja cumprido, são os membros do poder público que, em geral, ditam as regras do jogo. E os representantes da sociedade civil, ficam à margem do processo. Certas vezes por questões políticas, outras, por falta de capacitação dos membros representantes da sociedade.

O importante é que devido à falta de expressividade deste segmento social nos conselhos, surgiu, em Altinho, o Fórum Altinense de Cidadania, com participação exclusiva da sociedade civil e com grande representatividade dentro do município, o qual constituir-se-á juntamente com os conselhos mencionados, como campo empírico da pesquisa. Adiante vamos destacar seus avanços em relação aos conselhos.

Destacamos no primeiro capítulo uma breve conceituação dos temas centrais desta pesquisa - participação e democracia - analisando a importância dos conselhos municipais, seu papel dentro do desenho institucional e seus limites.

No segundo capítulo descrevemos a trajetória do Fórum Altinense de Cidadania considerando seus aspectos históricos e sociais e por fim, no terceiro capítulo, abordamos o impacto da participação desses atores e da consolidação de um diálogo entre estes e o poder público municipal.

1. DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

A participação, no atual cenário social, é um tema que está na ordem do dia e poderia ser concebida *como produção, gestão e usufruto com acesso universal*, de acordo com Bodernave (2007, p. 26). Porém, se ela for restrita aos rituais eleitorais de escolha de representantes, esta participação é *fictícia e não real*. É preciso se ter a consciência de que *a qualidade do Estado não está nele, mas na cidadania que o sustenta* (DEMO, 2000, p. 62), e cidadania não significa apenas ter direitos e deveres, propriamente ditos, nem significa apenas a luta por direitos.

Chanial (2004, p. 59) nos apresenta uma interessante problematização e o alerta de que muitas vezes *o reconhecimento sempre maior de qualquer espécie de direitos parece ter por contraponto certa resposta narcisista dos indivíduos que,*

pelos benefícios de seus direitos, se isolam cada vez mais uns dos outros. Dessa forma, eles acabam por fechar-se em suas esferas privadas e desinteressarem-se cada vez mais pela coisa pública, abrindo espaço para a hegemonia do mercado e dos interesses econômicos e financeiros.

Este não é o tipo de cidadania que nos importa, pois leva-nos a depender cada vez mais do Estado e de suas burocracias. Esta problematização é legítima porque nos adverte sobre a importância de lutar por uma cidadania politicamente ativa, pois não basta a luta pelos direitos das minorias, das mulheres, do meio ambiente, etc. é preciso que haja uma luta permanente pela manutenção destes direitos, pois a todo momento eles estão sendo cada vez mais cerceados.

Em algumas reuniões dos conselhos municipais, observamos os seus presidentes ligando para os conselheiros (antes de iniciar a reunião agendada) na tentativa de obter o quórum mínimo para a realização da reunião. Nestes momentos sempre surgia a fala “ninguém quer participar!” ou “as pessoas não se interessam pelas coisas públicas!”.

Para retomarmos a bandeira da democracia, como nos convoca Martins & Nunes (2004, p. 08) e podermos *afirmar um pensamento democrático e solidário na sociedade civil contra as tentativas quase sempre autoritárias e corporativas de controle social por parte do Estado e do mercado*; buscamos a problematização de Matos (2006, p. 184-5) que nos apresenta uma definição para o conceito de democracia o qual, muitas vezes, tem sido usado para justificar práticas políticas totalmente diversas por não precisar com clareza seu significado estrito.

Para este autor, a expressão *governo do povo* sugere *erroneamente* que o povo estaria no poder e as decisões emanariam diretamente do mesmo. Esta seria a definição pura da democracia direta, baseada na tradição da república grega, a qual compreende a autoridade política associada ao exercício direto do poder do povo para tomar decisões de interesse comum. Tal definição traduz o modelo de democracia representativa,

Que por sua vez, surge no período medieval como expressão do exercício da cidadania das classes populares em oposição ao poder absoluto dos soberanos e das classes aristocráticas (...) o modelo representativo se institui como uma forma de governo, cujo poder deve emanar do povo, mas a ele é outorgado um poder de tomar decisões que podem até mesmo contrariar os interesses do povo que o elegeu (Op. Cit p. 185.).

Com base neste modelo de democracia representativa, e em nome do Estado Republicano, governantes e parlamentares agem a partir de “projetos

concebidos de maneira autocrática e tecnocrática”. E, da mesma forma, lideranças se perpetuam no poder, protegidas pelos votos de seus *representados*, defendendo, no entanto, seus próprios projetos pessoais ou corporativos, pois sabem que basta investir em uma boa campanha eleitoral para levar a massa, na empolgação do momento, a elegê-los novamente (MATOS, 2006).

Apesar disso, não podemos ignorar a capacidade de resistência de alguns movimentos sociais que lutam pelo seu direito a cidadania plena.

1.1 A Importância dos Conselhos Como Veículo da Prática da Democracia Participativa

Durante a transição democrática, o Brasil vê expandir na sociedade uma diversidade de atores coletivos movidos pela ânsia de conduzir o país pelo caminho da democracia. Os movimentos sociais, que de uma maneira geral sempre existiram no país, começam a ganhar novo fôlego, lutando por direitos específicos, demandas sociais básicas, cidadania e participação política (SELL, 2006). A exemplo disso podemos citar as greves operárias do ABC, manifestações em prol das eleições diretas imediatas, confirmando o despertar da sociedade brasileira para a organização política e para a ação coletiva.

A questão da participação da sociedade civil nas instâncias de decisão implica não somente uma perspectiva de quantidade, mas também de qualidade. As novas tendências introduzem processos de recomposição das políticas estatais.

Após a redemocratização cujo ponto alto para o Estado é a formulação e implantação da Constituição, restaurou-se uma agenda pró-reformas sociais, que há muito necessitava ser discutida.

Todavia, houve um descompasso entre essa agenda e a das reformas institucionais e da reestruturação da economia brasileira. É que essas últimas foram postas como prioridade absoluta, pondo as reformas sociais em segundo plano.

Isso gerou uma retração nas expectativas colocadas no próprio processo de redemocratização, acarretando efeitos deslegitimadores da política e da democracia (Cf. BURITY, 2005).

Essa situação só foi revista nos momentos em que a pressão da sociedade civil ou de organismos, ou mesmo da opinião pública internacional se manifestou e chegou aos meios de comunicação.

Ocorre que nesse ínterim, os processos de participação e controle social tornaram-se palavra de ordem para governantes de capitais e grandes cidades do país, ao longo da década de 1990.

Desse modo, a partir do marco legal (Constituição Federal de 1988) houve uma institucionalização nas políticas sociais municipalizadas e na política urbana. O foco se desloca das grandes questões (embora elas continuem a existir) e recai de modo mais intenso sobre os processos de gestão que criam e/ou reproduzem formas de participação ampliada. É a isso que se denomina de gestão municipal democrática. (Cf. Bonfim e Fernandes, 2005).

Esse fenômeno já possui vasta literatura, que inclui trabalhos acadêmicos e publicações de centros de pesquisa como o Josué de Castro em Recife. O problema é que muitas dessas pesquisas tratam de apresentar um padrão descritivo, sem a valorização do contexto onde estas políticas são realizadas, muito menos da trajetória histórica dos atores e do contexto envolvido.

Daí a crítica feita a essas pesquisas no tocante a uma tendência de supervalorização do papel de determinadas coalizões de poder, principalmente no caso em questão, as administrações municipais de capitais e grandes cidades que passam a ser ocupadas pelo Partido dos Trabalhadores a partir do final dos anos 80.

Como exemplo clássico, tem-se a Prefeitura de Porto Alegre e a implantação do Orçamento Participativo. É inegável que estas políticas, ou iniciativas dos governos locais, compunham a renovação da agenda de política urbana, embora com algumas fragilidades. Por sua vez, a academia tem reforçado estas propostas. É perceptível uma produção expressiva em torno da idéia de participação social como instrumento democrático e efetivação de políticas públicas.

Isso ocorre não apenas na ciência política e na sociologia, matérias mais claramente ligadas ao estudo desse fenômeno, como também atinge áreas mais abrangentes como a pedagogia, o serviço social, a administração pública e os estudos sobre saúde coletiva.

Tal perspectiva se dá como efeito da criação de mecanismos de participação social na administração pública, processo originado a partir da redemocratização possibilitada juridicamente pela Constituição de 1988.

Os conselhos gestores das políticas sociais brasileiros são um dos exemplos da institucionalização da participação social na gestão pública com o

objetivo de estimular *accountability*, ou seja, a responsabilização, prioritariamente da classe política, nas ações governamentais.

Há uma grande literatura acerca dos conselhos gestores, havendo contribuições como as de Maria da Glória Gohn (2001), Antônio I. de Carvalho (1995), e Ilza Araújo Leão de Andrade (2002), entre outros, porém em sua maioria, tais trabalhos a respeito dos conselhos gestores visam observar de uma maneira descritiva os arranjos institucionais e organizacionais, além do grau de organização do movimento popular, sindical e de usuários que participam dos conselhos.

Daí nosso interesse em estudar os conselhos e o Fórum valorizando o contexto no qual emergem e atuam considerando suas trajetórias históricas e seus atores sociais, a partir de questões que nos inquietam, relacionadas à forma de participação da sociedade civil; ao papel dos conselhos e às razões que podem estar limitando as ações dos conselheiros.

1.2 O Papel dos Conselhos e de Seus Conselheiros na Construção da Democratização da Gestão Pública

Com a institucionalização do regime democrático, os movimentos sociais continuaram a lutar pela ampliação dos direitos sociais e também pelo direito de participar da definição de políticas públicas. Dessa forma, os movimentos sociais passam a se institucionalizar, tanto através de uma maior profissionalização de suas atividades e lutas, quanto pela organização em forma de Redes, pela interação mais direta com o Estado.

Com o avanço da democratização, o Estado brasileiro incentiva a criação dos Conselhos Gestores, de caráter interinstitucional, os quais *têm o papel de serem instrumentos mediadores na relação sociedade/Estado*, segundo Gohn (2000, p. 177). Ou seja, os conselhos gestores foram conquistas dos movimentos populares e da sociedade civil organizada, e simbolizam um instrumento de representação da sociedade civil e política, além da efetiva prática de cidadania.

Os Conselhos Municipais são regulamentados por leis estaduais e federais, porém, devem ser criados por lei municipal, que os define como órgãos normativo, consultivo, deliberativo, etc. Devem ser criados e instalados por iniciativa do Poder Executivo Municipal. São compostos por representantes do Poder Executivo e por representantes dos vários segmentos da sociedade civil local, destacando-se: entidades e organizações não-governamentais ou de defesa de direitos,

organizações comunitárias, sindicatos, associações de usuários. Parte dos membros dos conselhos é eleita por seus pares e parte é escolhida pelos representantes da administração pública. Todos devem ser nomeados pelo prefeito municipal através de portarias.

Segundo a legislação, o município deve também elaborar o Plano Municipal de Educação (o de Altinho até setembro de 2010 não fora encaminhado à Câmara Municipal para se tornar Lei), o Plano Municipal de Saúde (construído em 2010) e o Plano Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (ainda não fora elaborado), estabelecendo metas e garantindo a gestão democrática.

O papel dos conselhos neste cenário requer o enfrentamento do desafio de constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, *o que requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos que combatam a ideia burocrática de hierarquia.* (MEC/SEB, 2004, p. 24).

Como nos mostra Gohn (2000, p. 197):

Os conselhos são parte de um novo modo de gestão dos negócios públicos – reivindicado pelos próprios movimentos sociais nos anos 80, quando lutaram pela democratização dos órgãos e aparelhos estatais. Fazem parte de um novo modelo de desenvolvimento que está sendo implementado em todo o mundo – gestão pública estatal via parcerias com a sociedade civil organizada. Representam a possibilidade da institucionalização da participação via sua forma de expressão – a co-gestão. E, ainda, a possibilidade de desenvolvimento de um espaço público que não se resume e não se confunde com o espaço governamental/estatal e a possibilidade da sociedade civil intervir na gestão pública, via parcerias com o Estado que objetivem a formulação e o controle de políticas sociais.

Segundo Santos e Avritzer (2005, p 65) *a Constituição foi capaz de incorporar novos elementos culturais, surgidos na sociedade, na institucionalidade emergente, abrindo espaço para a prática da democracia participativa.* O que é confirmado no estudo de Albuquerque (2007, p. 208), no qual a autora nos mostra que os setores democráticos de uma sociedade civil ativa e propositiva, reivindicam participar da proposição, da gestão e do controle social e têm contribuído ativamente como podemos perceber através do surgimento de importantes documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto das Cidades, a Lei “Maria da Penha” e, mais recentemente, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), entre inúmeros exemplos.

Considerando todos estes avanços (a consolidação da democratização, a institucionalização dos espaços de participação e exemplos de resultados concretos

desta atuação) como se dá a participação dos segmentos da sociedade civil que tem assento nos conselhos e no Fórum Altinense de Cidadania?

1.3 Os Limites para a Efetiva Participação dos Membros da Sociedade Civil nos Conselhos

Desde a segunda metade da década de 90 a legislação vigente preconiza que os municípios criem seus conselhos, para o recebimento de recursos destinados as áreas sociais. Alguns estudos, como o de Fernandes e Bonfim (2005) tem apontado diversos limites para a efetivação da prática da democratização da gestão pública, mostrando alguns mecanismos utilizados pelos órgãos públicos para enfraquecer o poder destes espaços, tais como, recrutar para representantes da sociedade civil, pessoas vinculadas ao grupo político-partidário que ocupa o poder. Ou ainda, tomar os conselhos, apenas como colegiados que referendem as decisões já tomadas pelas secretarias municipais, ignorando suas deliberações e proposições.

Gohn (Op. Cit., p. 184) ainda apresenta diversos outros questionamentos que interferem diretamente na atuação dos conselhos entre eles:

Há desigualdade na atuação/participação gerada pelo desequilíbrio quanto ao acesso às informações entre os setores da sociedade civil e os representantes do governo? A participação em conselhos, na esfera pública, contribui para o resgate das perdas que os indivíduos e coletivos estão sofrendo neste final de século, processo este que está gerando perdas na essência humana? Qual o tipo de solidariedade construída/reconstruída nestes espaços (se é que está presente)? Em que medida a participação nos conselhos constrói elos de uma cidadania planetária, e não apenas a busca de reconhecimento próprio, individual, diante de uma sociedade de incertezas e riscos?

Em um estudo quantitativo realizado a partir da análise dos Livros de Atas dos conselhos municipais de Curitiba, Luciana Tatagiba (2004) observa que:

- Os atores do poder público são os que na maioria das vezes iniciam o debate;
- São os que predominam nas reuniões com uma presença média de 60%;
- São os que trazem assuntos para serem debatidos e aprovados, ou seja, ditam a pauta;
- Quase não existe debate nas reuniões, ou seja, todos os temas são aprovados unanimemente;

- A predominância dos assuntos das reuniões são assuntos referentes à política municipal de saúde, assistência, enfim.

Estes dados apresentados pela autora mostram uma profunda despolitização dessas instâncias.

2. O FÓRUM ALTINENSE DE CIDADANIA

2.1 Aspectos Históricos

Neste tópico vamos nos deter a narrar cronologicamente alguns fatos relevantes que culminaram com a criação do Fórum Altinense de Cidadania, destacando os atores que levaram a cabo o que a princípio foi apenas uma ideia.

No início do ano de 1997, surgiu em Altinho o Centro Social Nossa Senhora do Ó, confiado à Congregação das Irmãs Sacramentinas. Com a chegada das irmãs, teve início na Paróquia de Nossa Senhora do Ó, um bom trabalho de evangelização. O Sr. Walfrido³, juntamente com sua esposa Rosemi, impulsionados pela vinda do Papa João Paulo II ao Rio de Janeiro para o Encontro Mundial das Famílias, resolveram iniciar um trabalho na Pastoral Familiar, o qual continua até hoje.

A partir deste trabalho, surgiram várias oportunidades de ampliar os horizontes com novas ações. Assim, o Sr. Walfrido passou a representar a Igreja Católica junto aos conselhos municipais e a outras entidades e começou um entrosamento sempre maior com várias pessoas de todos os segmentos existentes no município. Foi quando se evidenciou a necessidade de ter uma participação mais ativa na vida do município. Na época existia o Programa DLIS – Desenvolvimento Local Integral e Sustentável do Governo Federal. Depois veio o Programa Fome Zero. Em seguida veio a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Una e Ipojuca, o Conselho de Desenvolvimento Rural e Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA. Assim a despeito das várias entidades representativas, *no município ainda não existia uma entidade que congregasse e estimulasse a participação ativa do cidadão comum. Daí surgiu a ideia de criar uma entidade para representar o cidadão, independente de categorias.*

Em outro momento, entendeu que precisava conhecer melhor a história do município de Altinho, para que conhecendo melhor a história do seu povo,

³ Walfrido Alves Silva, um dos idealizadores e atual presidente do Fórum.

pudesse com competência discutir seus problemas e encontrar soluções. Sem perda de tempo, começou a pesquisar e se informar de tudo, *também como uma forma de entender melhor o designo de Deus sobre Altinho*.

Diante de várias questões que passavam despercebidas por grande parte da população, um grupo de pessoas resolveu se mobilizar, para sensibilizar os vários segmentos de nossa sociedade, sobre a necessidade de se ter uma cidadania ativa e participativa, já que o sistema democrático representativo, exclusivamente, tem-se demonstrado incapaz de traduzir as aspirações do nosso povo.

Daí surgiu a idéia de convidar pessoas interessadas em defender e promover o bem de Altinho, inclusive os altinenses residentes em outros municípios, para participar do *I Encontro da Cidadania*, marcado para o dia 12 de março de 2005. Neste encontro compareceram 45 pessoas. Foram políticos, professores, Secretários do Governo Municipal, estudantes, promotores, o Prefeito e outras categorias configurando um público bem representativo das várias categorias.

Neste encontro foram lembrados em um dos discursos proferidos vários fatos que incomodaram os cidadãos altinenses, os quais sem a força da organização, tiveram que assistir tudo estarecidos, sem poder fazer nada:

(...) Aqui também um pouco o lado da destruição, fruto da ignorância, da ganância e da especulação. Nem todos vocês sabem, que no Sítio Demarcação existia um sobrado construído por Miguel Alves que infelizmente, sem justificativa, foi derrubado. Um outro imóvel localizado no centro da cidade, o sobrado de Dona Bezinha, onde fica atualmente o prédio de José Melânio, foi derrubado. Uma lamentável perda ecológica da maior gravidade foi o desmatamento da serra de Moraes Rêgo, com a extinção de um ecossistema riquíssimo. E como último exemplo, tivemos a destruição da casa do Sr. Rubens Lemos, incluindo o seu acervo com uma farta documentação. Foi uma verdadeira tortura para as pessoas que viram em plena luz do dia, derrubar tijolo por tijolo, até tudo virar pó. A população altinense assistiu estarecida, impotente, revoltada e aflita sem ter a quem recorrer.

Foram perdas irreparáveis, tudo por falta talvez, de uma entidade civil representativa na comunidade que em seu nome, pudesse tomar as providências necessárias para salvaguarda a história viva do nosso povo. Hoje, com esse evento estamos plantando a árvore da esperança, garantindo às futuras gerações o legado da nossa história. (SILVA, 2005. Trecho de discurso)

Assim surgiu o *Fórum Permanente da Cidadania Altinense* e posteriormente, com o assassinato de um dos seus fundadores o Dr. Rossini Alves Couto, Promotor de Justiça, em sua homenagem, o Fórum recebeu o nome de FÓRUM ALTINENSE DE CIDADANIA ROSSINI ALVES COUTO. Segue abaixo a relação dos Fundadores:

- | | |
|--|--------------------------------------|
| <i>1-Ana Maria Andrade</i> | <i>42-Walfrido Alves de Oliveira</i> |
| <i>2-Antônio Benevides</i> | <i>43-Walfrido Alves Silva</i> |
| <i>3-Betânia Ribeiro Costa</i> | <i>44-Wédja Barros Costa</i> |
| <i>4-Cláudia Ferreira do Nascimento</i> | <i>45-Joaquim Cavalcante</i> |
| <i>Guerreiro</i> | |
| <i>5-Ediberto Alves de Oliveira</i> | |
| <i>6-Edilene Maria Oliveira de Almeida</i> | |
| <i>7-Edmilson de Barros Melo</i> | |
| <i>8-Eduardo Amorim</i> | |
| <i>9-Eliane Alves de Oliveira</i> | |
| <i>10-Eunice Couto</i> | |
| <i>11-Givaneide Sobral Alves de Oliveira</i> | |
| <i>Barros</i> | |
| <i>12-Heleneide Amorim Rodrigues.</i> | |
| <i>13-Hilvegildo Joaquim de Santana</i> | |
| <i>14-Iolanda Cavalcanti</i> | |
| <i>15-Iracema Torres Fernandes</i> | |
| <i>16-Pe. João Bosco Costa</i> | |
| <i>17-José Alves Couto Neto</i> | |
| <i>18-José Alves da Silva</i> | |
| <i>19-José Carlos Filho (Jornal Myster)</i> | |
| <i>20-José Luciano Omena</i> | |
| <i>21-José Petrônio da Silva</i> | |
| <i>22-José Petrúcio Rodrigues</i> | |
| <i>23-Lourival Alves Costa</i> | |
| <i>24-Lucicleia Feitosa</i> | |
| <i>25-Lúcio Rogério Alves de Oliveira</i> | |
| <i>26-Luiza Lemos</i> | |
| <i>27-Márcia Jaqueline C. de Souza</i> | |
| <i>28-Maria Emília Andrade Rodrigues do Ó</i> | |
| <i>29-Maria de Lourdes Barros Correia</i> | |
| <i>30-Maria do Ó Andrade</i> | |
| <i>31-Maria Filomena. Oliveira</i> | |
| <i>32-Maria Sueli Nogueira Duarte</i> | |
| <i>33-Maria José Gomes</i> | |
| <i>34-Orlando Aniceto</i> | |
| <i>35-Rossini Alves Couto. (IN MEMÓRIA)</i> | |
| <i>36-Ricardo de Carvalho Rodrigues</i> | |
| <i>37-Rosália Rodrigues</i> | |
| <i>38-Sara Souza Silva</i> | |
| <i>39-Severina Amorim de Couto Rodrigues</i> | |
| <i>40-Severino Gomes Ribeiro</i> | |
| <i>41-Severino dos Ramos Alves de Oliveira</i> | |

Sua primeira ação junto à população foi organizar um *Ato Público* pedindo ao então Governador Jarbas Vasconcelos, uma solução para o problema do abastecimento de água do município de Altinho. Isso aconteceu no dia 23 de novembro de 2005, com uma grande manifestação que mobilizou as escolas e outras entidades existentes no município, trazendo à praça pública um grande número de pessoas, e desta forma atraiu a presença das rádios e televisões da região.

Outra ação foi em defesa do Colégio Cenecista Monsenhor Bernardino de Carvalho, através de um abaixo-assinado, que, em pouco tempo, conseguiu reunir 1.148 assinaturas, pedindo à Superintendência da Campanha de Escola da Comunidade - CNEC para tomar todas as providências necessárias, a fim de preservar o colégio e mantê-lo em pleno funcionamento. O pleito foi alcançado, apesar da CNEC ter fechado vários estabelecimentos de ensino, inclusive a unidade de Caruaru, a de Altinho resiste até hoje.

2.2 Aspectos Sociais

O Fórum Altinense de Cidadania Rossini Alves Couto é uma entidade civil organizada, sem fins lucrativos, criada em 12-03-2005, que com suas ações quer contribuir para garantir e preservar a dignidade da pessoa e o bem comum da sociedade. Tem como objetivos:

- *Defender e promover o cidadão;*
- *Defender e preservar o meio ambiente;*
- *Defender, preservar e promover a história;*
- *Defender, preservar e promover a cultura;*
- *Defender e preservar as instituições.*

O Fórum se dispõe a atingir tais objetivos mediante ações que buscam:

- *Estimular práticas socialmente justas e democráticas, economicamente viáveis e ambientalmente saudáveis, no respeito ao ser humano, a natureza e o pleno exercício de cidadania;*
- *Apoiar as iniciativas que visam o desenvolvimento de Altinho, o bem comum e público e a melhor qualidade de vida para toda população;*
- *Prestar serviços à comunidade.*

Conta com o apoio dos Movimentos Sociais, Igrejas, Governos, Empresas, Associações e Entidades em geral na busca do bem estar pleno e sustentável do município.

As associações e entidades existentes no município, naturalmente, por sua natureza e objetivos fazem parte do FÓRUM.

O FÓRUM trabalha através de comissões, que são criadas tantas quantas forem necessárias na realização dos seus objetivos. “Um espaço que une e congrega *peças de boa vontade*” (Walfrido).

COMISSÕES

- *Comissão de História;*
- *Comissão de Cidadania;*
- *Comissão do Meio Ambiente;*
- *Comissão de Justiça;*
- *Comissão de Comunicação e Divulgação;*
- *Comissão do Abastecimento de Água de Altinho;*
- *Comissão para a regularização das fronteiras de Altinho;*
- *Comissão de Desenvolvimento Econômico de Altinho;*
- *Comissão em Prol da CND.*

Em 12 de março de 2010 o Fórum completou 5 anos de existência, tendo realizado até então 26 Encontros da Cidadania, como são chamadas as reuniões bimestrais. O público presente aos encontros raramente constitui um quantitativo inferior a 30 pessoas. Qualquer cidadão pode ser membro do Fórum e participar dos Encontros de Cidadania que são divulgados através de convites pessoais, e-mail, impresso no jornal local – Jornal Myster e divulgado na rádio comunitária Altinho – FM.

É importante ressaltar que, como na maioria das cidades do interior do Nordeste, a questão político-partidária em Altinho é proeminente e interfere no número de membros presentes nos espaços de exercício democrático. Porém, dentro do Fórum participam pessoas de todas as correntes partidárias, a ideia é que prevaleça a discussão acerca do bem comum. Quando Gohn (2000, p. 184) questiona se os *conselhos podem ser considerados como novas formas de tecido social? Se são realmente redes solidárias que estão formando indivíduos como membros dos conselhos?* Observamos que neste espaço (Fórum) a resposta seria afirmativa, ocorrendo o inverso do que observamos nos conselhos pesquisados.

A pauta dos encontros é construída no intervalo entre as reuniões, quando os cidadãos se comunicam com os membros do Fórum apresentando demandas. Por exemplo, um dos temas tratados no encontro do dia 27 de março de 2010, foi a queixa dos comerciantes de Altinho pela mudança dos nomes das ruas que estava acontecendo na cidade, prejudicando não só o atraso na correspondência como também problemas com o registro do estabelecimento junto à Receita Estadual, gerando prejuízo aos comerciantes

. Para este tema foi convidado o presidente da Câmara Municipal dos Vereadores para que ele pudesse falar sobre que critérios são adotados para mudar o nome de uma rua e expor a insatisfação dos cidadãos.

Os temas abordados nos encontros são os mais diversos, e quando estão relacionados à atuação do poder público, este sempre é convidado a comparecer ao encontro para dar esclarecimentos, ouvir a população e propor encaminhamentos para a resolução do problema.

3.PARTICIPAÇÃO, ATORES POLÍTICOS E TRANSFORMAÇÃO

Os três conselhos observados durante a presente pesquisa são conselhos atuantes dentro do município, os quais realizam importantes intervenções dentro de suas áreas de atuação, auxiliam o poder público a aprovar projetos, orçamentos, tomar decisões acerca de temas específicos. Mas dentro de nosso questionamento inicial acerca da participação especificamente da sociedade civil dentro destes espaços, observamos que é incipiente, pois os atores que mais se destacam são, como na pesquisa citada anteriormente de Tatagiba (2004), os representantes do poder público.

Dessa forma, a pauta dos encontros é estabelecida a partir das demandas do poder municipal, que se desdobram a partir das exigências das esferas estadual ou federal. Raramente, os assuntos pautados surgem de uma demanda espontânea da comunidade. Por exemplo, no conselho municipal de educação, não consta no último Livro de Atas (2007-2010) nenhuma reunião agendada a partir de uma solicitação dos pais de alunos, ou dos estudantes, apenas uma reunião foi agendada a partir de uma solicitação dos professores que pedia esclarecimentos sobre a questão do piso salarial dos professores, na qual foi feito um estudo sobre o tema.

Este fato é interessante porque a proposta de atuação dos conselhos não é servir apenas de órgão que refere as decisões do governo. Mas que sejam propositivos. Que sejam o instrumento de diálogo entre o poder público e a sociedade, no entanto, questionamos 32 pessoas comuns, aleatoriamente, nas ruas de Altinho e perguntamos se estas sabiam se existia conselho de educação, saúde ou assistência social no município. 100% das pessoas entrevistadas lembraram do Conselho Tutelar, todavia, dos outros conselhos apenas, 63% lembraram. E destes, 93% não conseguiam lembrar o nome nem de três conselheiros.

Essa dificuldade de participação, embora haja sido observada em uma cidade de pequeno porte, pode ser transplantada em nível global, uma vez que os desafios da participação política em uma sociedade neoliberal que está marcada pelo autoritarismo, pela supervalorização do consumo como instrumento de inclusão social, principalmente na América Latina, dificulta a participação de grupos locais autônomos, em razão da atuação de oligarquias e grupos econômicos tradicionais, fato que representa um obstáculo ao processo de participação. (BARROS, 2009)

Como diz Barros (Idem, p. 153):

Tal situación puede ser observada en la dificultad de funcionamiento de los consejos de salud, educación y tantos otros que, en muchos lugares de Brasil, funcionan como organismo de interés de intendentes y secretarios de gobierno.

Aqui cabe então nos indagarmos como poderemos criar uma participação política influente, capaz de transformar a realidade local, ao mesmo tempo em que se combate o clientelismo, o sistema de favor e tutela e a corrupção na gestão dos recursos públicos e nos comportamentos individuais dos cidadãos?(Barros, lb. idem, p.153)

Parte de uma possível resposta está no foco abordado por este trabalho. Uma reflexão sobre a participação política envolve decerto tanto a esfera global como a local.

Se considerarmos que devemos abrir um amplo debate sobre distribuição de renda, gestão de recursos públicos, combate à corrupção, segurança pública além da implementação de programas sociais que atendam

demandas específicas tais como: crianças, adolescentes, mulheres, comunidade homoafetiva, negros, desempregados, etc. então é preciso enfrentar a questão de como o empoderamento das comunidades é realizado.

Qualquer política que seja implantada sem levar em conta os anseios locais, a partir da proposição dos grupos atingidos, corre o risco de ser inócua.

No caso estudado o curioso fora observar que embora existissem os meios institucionalizados de participação (conselhos), foi a partir do surgimento do Fórum que parte da população percebeu para onde encaminhar suas demandas.

Isso tanto é verdade que em relação ao Fórum, apenas 18% das pessoas desconheciam sua existência, e todas as pessoas que sabiam conseguiram citar o nome de pelo menos três representantes, e o nome do presidente foi lembrado por todos.

Este fato comprova a legitimidade dada ao Fórum pela sociedade como um todo e, por outro lado, um certo descrédito em relação aos conselhos, que contraditoriamente são espaços criados especialmente para a participação da sociedade.

A seguir, descreveremos uma das atuações mais importante do Fórum segundo nossa perspectiva.

3.1 Ato Público de 15 de Novembro de 2007

Na reunião do Fórum Altinense de Cidadania Rossini Alves Couto do dia 27 de janeiro de 2007, um dos assuntos tratados, foi o problema da Certidão Negativa de Débitos do INSS – CND. Que até aquela data, quase ninguém conhecia esse que é um dos grandes problemas de Altinho. Uma vez que impede o município de receber recursos para crescer e se desenvolver, e em função da sua gravidade, o plenário o acolheu como uma prioridade.

No dia 13 de fevereiro de 2007, foi entregue à Prefeitura Municipal um ofício solicitando várias informações sobre a questão. Um mês depois o Fórum recebeu apenas uma correspondência da Prefeitura acusando o recebimento do ofício.

No dia 02 de maio de 2007, Walfrido na qualidade de presidente do Fórum Altinense de Cidadania Rossini Alves Couto, fez um pronunciamento no plenário da Câmara de Vereadores de Altinho. Na sua fala, transmitida pela Rádio Altinho FM, tratou do problema da Certidão Negativa de Débitos do INSS-CND e das conseqüências negativas para a vida da população.

No dia 12 de junho de 2007, por ocasião do aniversário da Paróquia de Nossa Senhora do Ó, Walfrido escreveu um artigo que foi publicado no Jornal Myster (um jornal local que está há 29 anos em circulação) com o título: ALTINHO - De Povoação à Vila(cidade). De Capela Curada a Freguesia ou Paróquia, traçando a trajetória histórica dos 170 anos de paróquia, antes capela, povoação e vila(cidade). Retratou a situação de atraso do município em relação ao seu tempo de vida, e procurou mostrar o nível de subdesenvolvimento em que se encontra. Isso provocou nos políticos muitos comentários e pronunciamentos. Então, naturalmente surgiu uma ótima oportunidade para um grande debate popular, a partir das conversas do dia a dia.

Para o encontro do Fórum Altinense marcado para dia 28 de julho de 2007, foi convidado o Secretário de Finanças do Município na pessoa do Sr. Orlando José da Silva, para fazer uma exposição sobre o problema da CND. O mesmo compareceu e apresentou sua versão a posição do problema naquele momento, oportunidade em que foram feitas várias perguntas e assim circulou muitas informações.

No dia 11 de agosto de 2007 o Jornal Myster publicou um *Comunicado ao Povo de Altinho*, onde dizia que depois de consultar especialistas, o Fórum chegou à conclusão de que apenas as ações em andamento, não seriam suficientes para resolver o problema da CND. Uma vez que as leis são brandas e permitem recursos e mais recursos, além da morosidade e o difícil acesso a população fica sem acompanhar o andamento dos processos. Então, seus membros, entenderam que Fórum deveria promover um ato público na busca de uma solução política. Foi quando surgiu a idéia de promover um **Ato Público**, uma manifestação pedindo aos Poderes Públicos uma solução rápida e definitiva para a CND.

No dia 15 de agosto de 2007, aconteceu um novo pronunciamento na Câmara de Vereadores, e mais uma vez transmitido pela rádio local, quando

a população tomou conhecimento da situação precária do município, impedido de receber recursos para crescer e se desenvolver. E naquele momento, foi anunciado o projeto do Ato Público previsto para o dia 15 de novembro daquele ano, 2007.

Dezoito membros do Fórum foram convidados para compor a Comissão de Articulação, com a missão de organizar e executar o Ato Público do dia 15-11-2007, e teve como primeira tarefa a elaboração de um panfleto, com o título de “*Ao Povo de Altinho*”, convocando toda população a participar de uma manifestação democrática. Assim foram elaborados os convites para os parlamentares votados em Altinho, para as entidades existentes no município, lideranças políticas locais e os meios de comunicação da região.

Antes da distribuição dos convites, foi entregue um ofício ao então Prefeito do município Sr. Edmilson de Barros Melo comunicando a realização do evento. Em seguida foi entregue o primeiro convite para a Rádio Altinho FM, e um pedido para uma entrevista a fim explicar a toda população os motivos do evento. Assim teve o início do trabalho de divulgação.

A partir dos membros da Comissão de Articulação, formaram-se as equipes de divulgação, de apoio e contatos. A equipe de divulgação por sua vez, realizou um frutífero trabalho junto às comunidades rurais, por ocasião das reuniões mensais das Associações Comunitárias.

Como o problema da CND é gerado pelos Gestores Municipais, e é um problema antigo bastante complexo, surgiu a necessidade de focar a questão dentro do contexto social e econômico. Então, foi publicado um artigo com o título: *Altinho, Hoje, Caos no Desenvolvimento*. Um texto bem objetivo onde apresenta a situação atual do município, em relação a outros municípios do mesmo porte na região, e ainda o nível de desconhecimento, da real situação, pela maioria da população, justificando assim a realização do evento.

Foram também elaborados 16 textos apropriados e padronizadas para confecção de faixas para ser posicionado em lugares estratégicos, cada um com recados bem objetivos, dirigidos ao Presidente Lula, ao Ministro da Previdência Social, ao governador Eduardo Campos e aos parlamentares votados em Altinho.

Já com bastante antecedência as rádios começaram a divulgar o evento, e na semana do Ato Público vieram as entrevistas nas rádios,

oportunidade de falar amplamente da CND, de outros problemas do município e do Fórum Altinense de Cidadania e ainda da motivação que leva os membros do Fórum a trabalhar em benefício dos mais necessitados e excluídos.

O evento que estava previsto para às 15horas, só iniciou às 16horas, com a saudação às pessoas presentes e o discurso de abertura justificando o motivo da manifestação. O discurso de abertura, feito pelo presidente do Fórum, previamente preparado, falava das irregularidades cometidas que levaram o município ao caos, das dificuldades que a população tem em participar e falar. Daí veio os pronunciamentos dos demais participantes convidados a fazer uso da palavra. Todos evidenciaram a importância do evento e a necessidade da união de todos na busca de uma solução urgente e definitiva para os problemas de Altinho. A TV Asa Branca, Filiada da Rede Globo, por motivo de outros compromissos, não ficou até o encerramento, mas no telejornal, noticiário do meio dia, fez uma importante chamada sobre o evento.

Na reunião do dia 24-11-2007, do XVII Encontro da Cidadania, constava na pauta uma avaliação sobre o Ato Público que aconteceu no dia 15-11-2007. Foi dito que, por conta de vários motivos, o público foi menor que o esperado, todavia, o evento já atingiu parte de sua finalidade, levar à população o conhecimento sobre a atual situação precária do município, especialmente, quanto ao crescimento e ao desenvolvimento, cuja solução passa pela participação de todos. Mais de 10.000 pessoas tiveram amplo conhecimento dos acontecimentos. Todos têm consciência que se trata de um problema difícil, e que outros problemas do município precisam ser conhecidos.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa contamos com uma análise qualitativa realizada a partir do levantamento bibliográfico acerca dos principais conceitos abordados no trabalho, bem como, a partir da observação da aplicação desses conceitos no Conselho Municipal de Educação; e no Fórum Altinense de Cidadania Rossini Alves Couto do município de Altinho – PE.

Este conselho foi escolhido, pela sua relevância para a gestão de políticas públicas nas áreas de educação, que é uma área primordial de quase todos os governos. Além disso, a existência desse conselho em um município é pré-requisito para repasse de algumas verbas para estas áreas.

Para verificar a aplicação dos conceitos teóricos na prática, procuramos observar as práticas das entidades selecionadas, ou seja, desde as reuniões, às deliberações e as ações promovidas por elas.

Utilizamos durante as reuniões realizados pelos conselhos e pelo Fórum a **observação**, que segundo Ludke e André (1996, p. 26), *apresenta um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional por possibilitar um contato mais estreito com o fenômeno pesquisado*.

Também realizamos entrevistas semiestruturadas entre os membros dos conselhos, tanto os representantes do poder público como os da sociedade civil, bem como entre os membros do Fórum. Estas entrevistas foram agendadas fora do horário das reuniões para não atrapalhar a pauta dos encontros.

Nossas impressões foram registradas por escrito, e algumas, gravadas em I-pod, para posteriores consultas.

As principais questões estavam relacionadas à forma de acesso ao assento que ocupa no conselho; ao acesso às informações necessárias ao exercício da participação; ao nível de capacitação que recebe para exercer sua participação; à credibilidade que atribui à sua participação como instrumento de transformação; à importância que lhe é imputada pelo poder instituído.

Com este acervo em mãos, cruzamos as informações coletadas com os conceitos estudados. E constatamos que os membros dos conselhos que menos se expressam nos conselho estudado são os membros da sociedade civil.

Quando questionamos sobre a sua atuação, tanto os representantes do poder público como da sociedade civil afirmam que participam de mais de um conselho e que isto dificulta a sua atuação. Alguns membros da sociedade civil disseram não compreender alguns termos técnicos utilizados pelos membros do poder público nas reuniões e não perguntam o que quer dizer. A maioria dos membros do conselho gostaria de saber qual é o seu papel dentro do mesmo e acreditam que apenas o presidente tem o poder de ditar a pauta das reuniões. Dos 60 membros (titulares e suplentes), apenas cerca de 5% levantam questionamentos nas reuniões, mas sempre votam com a maioria aprovando os temas propostos.

Estas constatações não são exclusividade do município de Altinho, por ser uma cidade de pequeno porte, como podemos perceber pelos estudos mencionados referentes a Recife (PE) e Curitiba (PR)⁴, duas importantes capitais do nosso país. Ou seja, de norte a sul, os conselhos apresentam fragilidades.

Por isso é importante analisar, como contraponto, o caso específico do município de Altinho no agreste pernambucano, uma vez que identificamos uma segunda forma de participação dos atores da sociedade civil, na formação de uma instituição denominada Fórum Altinense de Cidadania Rossini Alves Couto, onde qualquer cidadão pode participar, e pleitear suas reivindicações às quais o fórum encaminha diretamente aos órgãos públicos.

Por vezes, o Fórum convida membros representantes do Poder Público para vir às reuniões para responder aos presentes a respeito do pleito realizado pelo cidadão em encontro anterior.

O que nos parece interessante, é que algumas das pessoas presentes às reuniões, também são membros integrantes de outros conselhos do município, tanto na condição de representante do Poder Público, como representante da sociedade civil.

⁴ Ver Burity (2005) e Tatagiba (2004).

Para o Fórum, essas pessoas são cidadãos, e as discussões ocorrem seguindo uma pauta pré-marcada, porém há um grau de liberdade para que as pessoas discutam temas não pautados, pelo fato da reunião se dar a cada 60 dias, sendo o último sábado do mês o dia agendado para o encontro.

Observamos que as pessoas se sentem à vontade no Fórum e há uma participação em relação ao uso da fala por parte de vários membros, independente da sua colocação social, profissão, escolaridade ou qualquer outro critério de estratificação. Todos dão sua opinião acerca dos temas tratados e não é porque os temas são simples, ou corriqueiros, pois por vezes, como mencionamos, a atuação do Fórum se dá sobre um tema bastante complexo relativo à CND, mas talvez porque não existe uma hierarquia, as relações são mais horizontais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso foco esteve centrado na atuação dos membros da sociedade civil e constatamos que a aparente desmotivação para a sua efetiva participação nos conselhos municipais não se dá no vazio. Existe uma série de fatores que contribuem para o escanteamento destes membros dentro dos conselhos, independente de ser intencional ou não.

A falta de informações ou de conhecimentos sobre os temas de pauta levam à desmotivação. Quando uma mãe de aluno é eleita pelos seus pares para participar do Conselho Municipal de Educação ela acredita que irá tratar de questões referentes à aprendizagem de seus filhos e das suas amigas, vizinhas... não que irá discutir sobre a implementação do Sistema Municipal de Educação, por exemplo. Não que este assunto não deva ser amplamente discutido por todos, mas é preciso oferecer subsídios para que todos possam contribuir e que se sintam importantes dentro do mesmo.

Quanto ao Fórum, sua atuação é de fundamental importância para a sociedade, não apenas por tratar de temas simples, mas por possibilitar o debate acerca de temas variados que o aproxima da população. Mesmo que seja um tema complexo e delicado como a CND, é possível promover o debate e o diálogo entre o poder público e a sociedade em geral.

Nossas observações apontam para este espaço alternativo de participação como uma resposta da sociedade que na verdade anseia por participar. Nossa pesquisa comprova que não se pode generalizar a questão da apatia e do desinteresse, mas que é preciso rever o formato dos espaços institucionalizados como os conselhos para que estes não percam o foco de sua atuação e que possam permitir a efetividade da participação de todos. É preciso ainda que a sociedade reconheça a importância destes espaços e que sejam oferecidas reais condições para a participação de todos nesses espaços.

Pela própria estrutura que o Fórum apresenta podemos notar que a questão da participação não é mera presença, ou seja, com o direito de fala assegurado em um espaço que se perfaz horizontal, há de pronto um maior envolvimento das pessoas que não estão colocados como espectadores apenas, mas como atuantes no processo de construção das discussões em pauta, podendo inclusive interferir na pauta apresentada, acrescentando-a.

Isso permite-nos enfatizar não apenas seu caráter democrático, como também, fraterno. Sendo um Fórum de Cidadania, nada melhor que abrir espaços para as inquietudes daqueles que vivem o cotidiano da cidade, com suas agruras e com suas limitações.

Dado o exposto, é interessante notar que a questão do empoderamento das comunidades locais, ou mesmo de grupos que buscam o reconhecimento de suas demandas, não é tarefa fácil. Não basta que o marco regulatório esteja clarificado e institucionalizado. Como ocorre nos conselhos, vemos que esse espaço pode ser tomado pelos representantes do Estado, que vão estar amparados por uma aparência de legalidade.

Como nos fala Hannah Arendt, o conceito de cidadania é o direito de ter direitos, uma vez que apenas no espaço público é que as pessoas podem ser reconhecidas como iguais umas pelas outras. (BARROS, Op.Cit.p.156)

Em sendo assim, o Fórum se constitui no caso altinense como uma *ágora*, um lugar de encontro, onde a organização das pessoas, as retiram de seu isolamento social ampliando a sua visão de mundo, haja vista, ela exigir, envolvimento, presença e trabalho. (HONNETH, 2003)

A agenda da organização segundo Honneth (2003) é aprofundar os aspectos cognitivos da política dada sua tarefa pedagógica de desmistificar as razões da privação de direitos vividos por cada um de seus membros, ou como

diz o autor: “só o protesto ativo liberta o indivíduo da vergonha de não ter direitos”.

Portanto, em seu papel de canalização de demandas, de envolvimento social e de resgate da cidadania, acreditamos que o Fórum cumpre um importante papel. É preciso ressaltar que estamos falando de uma experiência em uma pequena cidade interiorana do Nordeste brasileiro, área de contrastes marcantes entre uma riqueza ainda muito concentrada e uma vasta pobreza espalhada. Ainda assim, como exemplo de que é possível debater desde o microcosmo até as grandes questões macro que afligem nossa era moderna.

É claro que o Fórum também possui suas fragilidades, porém gostaríamos de ressaltar sua importância e registrar um pouco de sua história e relevância como espaço de democracia, fraternidade e participação social.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves de. *Participação e Controle da Sociedade sobre Políticas Sociais no Cone Sul*. In. DAGNINO, Evelina e TATAGIBA, Luciana (Orgs.). **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007, pp. 205-258.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão. **O desenho das Políticas Públicas e a Dinâmica de seus Conselhos Gestores: Um estudo comparativo das áreas de saúde, assistência social e trabalho**” In: Anais do 25º Encontro da ANPOCS. Caxambu/MG, outubro. 2002.

BARROS, Ana Maria. *Fraternidad, Política y Derechos Humanos*. In. BAGGIO, Antonio Maria. (Org). **La fraternidad en perspectiva política: exigencias, recursos, definiciones del principio olvidado**. Buenos Aires: Ciudad Nueva, 2009. pp. 137-158.

BORDENAVE, Juan E.Díaz. **O que é Participação**. 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção primeiros passos; 95).

BURITY, Joanildo A. *Identidade Coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal* In. LUBAMBO, Catia; COELHO, Denílson Bandeira e MELO, Marcus André. **Desenho institucional e Participação Política – Experiências no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 63-107.

CARVALHO, Antônio I. de .**Conselhos de Saúde no Brasil: Participação cidadã e Controle Social**. Rio de Janeiro: IBAM/FASE, 1995.

CHANIAL, Phillippe. *Todos os Direitos Por Todos e Para Todos: Cidadania, solidariedade social e sciedade civil em um mundo globalizado*. In. MARTINS, Paulo Henrique & NUNES, Brasilmar Ferreira (Orgs). **A Nova Ordem Social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

CONTAGEM-CENSO/IBGE/2007

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=260080#topo>

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo e BONFIM, Washington Luís de Souza. *A Democratização da Gestão Municipal no Brasil: a abordagem teórica do objeto*. In. LUBAMBO, Catia; COELHO, Denílson Bandeira e MELO, Marcus André. **Desenho institucional e Participação Política – Experiências no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, pp. 131-152.

GOHN, Maria da Glória. *O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana*. In. **Repensando a Experiência Urbana na América Latina: Questões, Conceitos e Valores**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 175-201.

_____. **Conselhos gestores e Participação Sócio-Política**. São Paulo: Cortez. Coleção Questões de Nossa Terra, v. 84. 2001.

HONNET, Axel. **Luta por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LIVRO DE ATAS. **Conselho Municipal de Educação**, Altinho, 2007-2010.

LUDKE & ANDRÉ. **Pesquisas em educação: Abordagem qualitativa**. Editora EPU, São Paulo, 1996.

MARTINS, Paulo Henrique & NUNES, Brasilmar Ferreira (Orgs). **A Nova Ordem Social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MATOS, Aécio Gomes de. *Democracia, Pobreza e Participação*. In. FONTES, Breno & MARTINS, Paulo Henrique (Orgs.). **Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MEC/SEB. **Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília – DF, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia – Os caminhos da democracia participativa**. 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, Vol 1.

SILVA, Walfrido Alves. **DISCURSO PROFERIDO NO I ENCONTRO DA CIADANIA EM 12/03/2005**.

TATAGIBA, Luciana. **CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: APROFUNDANDO O DEBATE**. In. FUKS,

Mário; PERISSINOTTO, Renato Monseff & SOUZA, Nelson Rosário (orgs.).
Democracia e Participação: os conselhos gestores do Paraná. Curitiba : UFPR, 2004, pp. 209-213.